

Brasil recebe elogios do FMI

■ FH revela que Stanley Fischer telefonou para Brasília e disse que país foi “soberbo” em sua reação à crise das bolsas de valores

O presidente Fernando Henrique Cardoso revelou ontem que, no encontro que teve com economistas do governo, no último fim de semana, recebeu uma boa notícia, através de André Lara Resende, assessor especial da presidência da República: “O segundo homem do Fundo Monetário Internacional, Stanley Fischer, telefonou para o André e disse que nós fomos soberbos na reação à crise.”

O presidente fez questão de ressaltar, entretanto, que a tal reunião foi algo informal, apenas para “comer um carneiro”, em sua fazenda de Buritis (MG). Por causa da chuva, o helicóptero teve que voltar a Brasília e o almoço foi transferido para o restaurante do Iate Clube.

Quanto à crise asiática, ele reconhece que há muitas, inúmeras perguntas sem resposta. “Vai haver uma depressão na Ásia. E, se houver, por quanto tempo será?”, indaga o presidente. “Qual o efeito disso sobre a economia mundial? O Chile já está sofrendo as consequências...”, prossegue ele. “O Chile teve que desvalorizar sua moeda. E, aqui, o governo teria dificuldade em fazer o mesmo, se as coisas piorarem?” Mais: “E os efeitos de uma desvalorização sobre a inflação?”, questiona Fernando Henrique, depois de negar que esteja pensando em mexer na taxa de câmbio.

As indagações do presidente continuam: “Essa crise vai atingir o centro do sistema, os Estados Unidos e a Europa? Se atingir, isso nos

afeta?” E conclui: “Quanto mais depressa ficar circunscrita à Ásia e for controlada, melhor para nós.”

Ontem, o presidente conversou com Domingo Cavallo, ex-ministro da Economia da Argentina, sobre o assunto, e concluíram que o melhor seria deixar o Japão cuidar da crise asiática, assim como os Estados Unidos trataram da crise cambial do México. Mas essa não é uma questão simples. Ela envolve um problema político mais complexo, que seria os Estados Unidos deixarem o Japão com completa hegemonia sobre a Ásia.

Frente às turbulências, há pelo menos um alívio: “Se essa crise tivesse ocorrido em 1995, quando nosso sistema bancário (antes do Proer) estava em dificuldades, estaríamos perdidos”, observa Fernando Henrique. Ele cita um artigo do economista americano Paul Krugman, escrito este mês, que tem como título “O que houve na Ásia?”. Finalmente, conclui: “Se houve vantagem para nós, de outubro para cá, foi que os setores lúcidos – inclusive o FMI – perceberam as nossas diferenças em relação aos países daquela região, imersos numa crise cuja origem é bancária. “Lá, descobriu-se que a produtividade não era elevada. Aqui, estamos aumentando a cada dia a nossa produtividade. Além disso, lá há um sistema intrincado de relacionamento do governo com o sistema produtivo. Aqui, não há isso.” (Claudia Safatle e Rosângela Bittar)

Jamil Bittar – 8/1/98

PREVIDÊNCIA

Não haverá mais pacote nem medidas de forte impacto como reação do país às tormentas externas, prevê o presidente. Resta, agora, acelerar as reformas e ele considera factível ter a emenda constitucional da Previdência Social – cujas mudanças foram propostas por André Lara Resende – aprovada ainda neste primeiro semestre e, se tudo der certo, já implementada no segundo semestre. O cerne da reforma é tornar a contribuição à previdência oficial facultativa e criar os fundos de capitalização para a previdência complementar privada.

NOVOS TEMAS

Simultaneamente à aprovação das reformas constitucionais, o presidente começa a se debruçar sobre novos temas, numa tentativa de dar ao país novos horizontes além da estabilidade econômica. Serão os assuntos prioritários deste último ano de mandato e, por que não, deverão pautar a campanha eleitoral de Fernando Henrique. A saúde é um deles. A questão da segurança pública, um dos cinco dedos da campanha eleitoral de 1994, é, seguramente, a política que menos andou, onde o governo mudou pouco e essa é uma frustração do presidente. Há assuntos novos que precisam ser colocados na pauta política, como meio ambiente, direitos humanos, drogas, organização urbana, e que deverão ser temas da campanha. Um outro, que o presidente considera absolutamente relevante e que faz parte de suas reflexões para um eventual segundo mandato, é a reforma política.

SAÚDE

O governo começou a revolucionar a educação, continuará dando ênfase a ela, especialmente este ano na área universitária, mas vai olhar com mais atenção a saúde. O presidente acha que a saúde já começa a ter caminhos. Fernando Henrique diz que nunca se conformou com o fato de ter multiplicado a destinação de recursos para a saúde – são, hoje, R\$ 20 bilhões de orçamento anual – e continuar assistindo a falência do setor. O ministro Carlos Albuquerque iniciou um caminho de mudanças, com a criação do Piso de Atenção Básica que modifica o sistema de distribuição de verbas da saúde. Ainda este ano o governo pretende colocar as mãos num verdadeiro vespeiro de problemas e corrupção: a Fundação Nacional da Saúde, que será totalmente reformada ou mesmo extinta.

SEGURANÇA

Esta é uma área que deverá merecer prioridade do governo e é, certamente, onde o governo reconhece que não avançou. O presidente ainda não tem claramente formulada uma proposta do que pretende fazer, mas está pensando na criação de um organograma novo, uma entidade federal que centralize as informações e coordene as ações de governo, sobretudo no que se refere ao crime organizado (contrabando, narcotráfico). A competência para gerir a segurança pública é dos governos estaduais, mas o governo federal tem que aumentar sua capacidade de ação e ter alguém no comando. O presidente sonha com um nome respeitável, de alta credibilidade, que por si só seja a garantia de que as mudanças serão feitas. Fernando Henrique destaca os obstáculos enfrentados. Até hoje, por exemplo, queixa-se de não ter sido aprovado no Congresso o projeto de lei que permite a derrubada dos aviões que invadem o espaço aéreo, medida considerada fundamental para o combate ao narcotráfico. O Sivam, disse o presidente, está apenas começando. “Temos que avançar na legislação sobre lavagem de dinheiro, estamos fazendo mais de 50 novos presídios este ano, e precisamos também do projeto que prevê penas alternativas”, disse, relacionando algumas das frentes em que pretende trabalhar para atingir metas na Segurança.

AGRICULTURA

Segundo a análise do presidente Fernando Henrique, o outro dedo de sua campanha de 94, o da Agricultura, está resolvido, com a renegociação de dívidas, novos créditos, de forma que a safra deste ano será na casa de 80 milhões de toneladas. “A Agricultura vai estourar este ano”, disse. Com a reforma agrária, segundo o presidente, aconteceu a mesma coisa.

EMPREGO

Por mais que se fale em aumento da taxa de desemprego, o governo não considera que ela tenha aumentado muito. E o sistema produtivo moderno é desempregador, pelas novas tecnologias e produtividade. Na Argentina, onde se experimenta taxas de crescimento exuberantes, de 7% a 8%, o governo não tem conseguido equacionar a questão do desemprego. No Brasil, os dados carregam problemas de qualidade e metodologia. São Paulo, um estado que está vivendo um processo de êxodo industrial, representa 40% do índice. O Rio de Janeiro, que está com uma taxa de desemprego na casa dos 3,8%, tem menor representação. O desemprego deve ser um dos temas relevantes da campanha eleitoral dos adversários de Fernando Henrique. Para o presidente, a estabilidade da economia continuará sendo a marca da sua campanha pela reeleição.

REFORMA POLÍTICA

Dos temas políticos, a total reformulação do sistema eleitoral é, na opinião de Fernando Henrique, o mais importante. “É fundamental para que o Brasil consiga se livrar do acaso personalístico que vive na política”. Para ele, é necessário que país tenha um sistema de voto distrital misto, mas tem dúvidas quanto à aplicação total e imediata da fidelidade partidária. “A fidelidade pode ter a consequência negativa de dar aos donos dos partidos, hoje, excessivo poder e controle sobre os fi-

liados”. Fernando Henrique defende instrumentos de limitação para a troca de partido e admite até mesmo a fidelidade, “mas numa etapa posterior à implementação do voto distrital”. O presidente concorda que há dificuldades para fazer a reforma, uma vez que a sociedade se mantém distante do tema, pois rejeita os partidos, a imprensa não acredita que ela possa acontecer e, em setores majoritários do Congresso, não há disposição efetiva em mudar.

ESQUERDA

O problema do relacionamento desse governo com a esquerda acontece porque a vitória de 1994 foi sobre Lula. “Se eu tivesse ganhado de alguém à minha direita seria mais fácil trazer a esquerda. Como aconteceu o contrário, ficaram muitos ressentimentos e não houve diálogo efetivo”. Na opinião do presidente, a esquerda não se qualificou para que o eleitorado a visse como real alter-

nativa. Roberto Freire esboça uma tentativa correta, “de formar uma esquerda *up to date*”. Mas, na avaliação de Fernando Henrique, talvez o candidato escolhido por Freire, Ciro Gomes, não consiga dar consequência a esse projeto. “O Ciro foi precipitado”.

COVAS

O presidente não tem a menor dúvida de que Mário Covas é candidato ao governo de São Paulo. “Ele não é irresponsável”. Na análise de Fernando Henrique, o sinal claro de que a candidatura Covas está de pé é que o governador, ao anunciar a desistência, não fez um movimento sequer para preparar alguém que o substituisse na disputa. E é aí que residiria a eventual irresponsabilidade de Covas, se não fosse mesmo candidato e, ainda assim, deixasse o PSDB em São Paulo sem uma solução. O senador José Serra, segundo o presidente, não é candidato, nem o ministro da Educação, Paulo Rena-

to. Além disso, Fernando Henrique acha que o partido em São Paulo não trabalharia com o mesmo entusiasmo por ninguém a não ser Covas. O *covismo* é como o brizolismo, tem seu séquito que, às vezes, é mais radical que o líder.

FMI

O presidente desconsidera qualquer hipótese do país ter que recorrer a um acordo com o Fundo Monetário, na trilha da crise asiática. Não há, a rigor, nenhuma razão de política econômica, de gargalos no balanço de pagamentos, que pudesse levar o governo a um acordo com o FMI. Mas o presidente ressalta que o governo mantém relações “fluidas” com a instituição. Como se trata de uma crise bancária, o presidente acha que o Banco de Compensações Internacionais (BIS, o banco central dos bancos centrais) também deveria ter um sistema de controle sobre os fluxos de capitais.



O presidente diz que a dificuldade de relacionamento com a esquerda vem de sua vitória sobre Lula, que gerou ressentimentos e dificultou o diálogo